

Brasília, 15 de junho de 2015.

Ofício nº 026/2015/ABA/PRES

Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff
Presidente
Presidência da República Federativa do Brasil – PR

C/C:

Exmo. Sr. Miguel Rossetto
Ministro
Secretaria-Geral da Presidência da República – SG-PR

Exmo. Sr. Renato Janine Ribeiro
Ministro
Ministério da Educação – MEC

Exmo. Sr. Jorge Almeida Guimarães
Presidente
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES

Exmo. Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo
Ministro
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Exmo. Sr. Joaquim Levy
Ministro
Ministério da Fazenda

Exmo. Sr. Nelson Barbosa
Ministro
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Exm^a. Sr^a. Presidenta,

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) expressa profunda preocupação frente aos rumos indicados para as pastas da Educação e da Ciência e Tecnologia, diante das restrições orçamentárias, que paralisaram em parte o sistema de pós-graduação no país, com o não pagamento até o momento das taxas de bancada, apesar da continuidade do pagamento das bolsas. Tais perspectivas colocam em risco árduas conquistas de décadas, obtidas na luta pela construção e expansão de um sistema público de educação superior sem par na América Latina, e seguramente um dos mais abrangentes e singulares no mundo.

Como a mais antiga associação científica da área das humanidades no Brasil, criada em 1955 e celebrando, em 2015, 60 anos de existência, a ABA participou intensamente na construção do sistema de formação na área da Antropologia. Em particular, após a Constituição de 1988, e o reconhecimento dos direitos culturalmente diferenciados de extensas parcelas da população brasileira, os antropólogos tiveram suas tarefas e esferas de atuação bastante expandidas, colocando-se à área demandas prementes por maior número de profissionais formados.

Em paralelo, vigorou nas últimas décadas a generosa e correta aposta governamental na expansão da educação pública e gratuita de qualidade como instrumento imprescindível de transformação social, fim e meio de mitigação e superação de inúmeras formas de desigualdade social, projeto que ampliou consideravelmente – mas não o suficiente – o sistema universitário e de educação tecnológica. Nesse quadro expandiram-se os programas de pós-graduação, instância na qual se formam os antropólogos. Assim, em nossa área, em função da demanda por antropólogos e das possibilidades de expansão, passou-se de 10 programas em 2000, para mais de 20 na atualidade. Não há mais região brasileira que não conte com cursos de pós-graduação em antropologia. Os estímulos foram claramente propostos à nossa comunidade de profissionais pelos órgãos de fomento e avaliação da pós-graduação no Brasil. Criaram-se, também, as primeiras graduações em antropologia, cujos egressos agora começam a procurar colocação no mercado de trabalho.

A pesquisa antropológica, e a prática cotidiana dos antropólogos, contribuíram para a discussão e a abertura de políticas de ação afirmativa, em particular das cotas e reservas de vagas, e refletiram-se na entrada de negros e indígenas nas instituições federais e estaduais de educação superior, seja na graduação, seja na pós-graduação. Como profissionais, tivemos participação ativa na construção de espaços institucionais e políticas públicas com vistas ao que nos parece ser o objetivo de largas parcelas da população brasileira, qual seja a edificação de uma sociedade mais equânime, socialmente justa, menos desigual, na qual a educação efetivamente contribua para o respeito à diversidade sociocultural, assim se produzindo a diminuição da desigualdade. Só assim a educação atingirá a meta desejada de produzir fontes de inovação na medida em que alterará a consciência histórica dos sujeitos.

Ao trazer a lume dados do histórico recente de nossa própria área disciplinar, queremos apenas exemplificar com o que julgamos possa ser dito para as demais áreas das ciências sociais, das humanidades e das ciências em geral. É especialmente irônico e desanimador ver que, chegado o momento de entrada na universidade e acesso aos bancos da pós-graduação de expressiva quantidade de estudantes de baixa renda, negros e indígenas, essa via de transformação social sofra tal mutilação potencial, num horizonte de possível perpetuação do elitismo que marca nossa vida educacional. Por outro lado, a expansão realizada, se interrompida, pode vir a significar não a estagnação momentânea, mas sim um retrocesso significativo, pois há ainda muito por consolidar.

Por mais grave que seja a situação econômica e financeira do País, parece-nos impossível que a meta por excelência do presente governo – a educação – seja compatível com os parâmetros ao desenvolvimento que se delineiam nos anúncios de cortes sumários no orçamento das pastas da Educação e da Ciência e Tecnologia, em nome de um domínio econômico que não deveria existir em detrimento e contrariamente à sociedade e aos planos de cunho social e político. Nesse sentido, sugerimos ao atual governo que reveja os cortes operados com a redução de verbas para as universidades e institutos de ciência e tecnologia em geral, assim como, em específico, para a pós-

graduação. Julgamos que não há crescimento econômico, políticas redistributivas, de reconhecimento da diferença sociocultural, com os consequentes bem estar e justiça social, sem lastro cultural e científico solidamente assente, que ainda está longe de ser cristalizado.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)